

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se por meio de plataforma digital, os membros do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais: Afonso Rendak, Aldren da Cruz Singer de Mello, Ana Lucia Rodrigues, Clície Maria Cancelier Negoseki, Dhébora Cristina da Silva, Domingas de Fátima Cardoso Amaral, Elaine de Azevedo, Fábio Braun, Isabel Crisitina Zarpelon Trevizan, José Roberto Eduardo, Juliana Grebe Rosa Ferraz, Leila Gonçalves de Carvalho, Louise Alves Schirmer, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Madalena de Carvalho Hitner, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Marinês Gabriela Christoff Jarek, Miliana de Cássia Soares, Mônica Taís Neves da Silva, Raquel Santana, Rodrigo Cardozo Gomes, Sônia Regina Correa Mafra e Stela Regina G. Wontroba, tendo como pauta: 1- Faltas justificadas/injustificadas; 2- Portarias: Escolhas de Turmas e Serviços; 3- Correspondências recebidas.

A 5ª Reunião Extraordinária do Pleno de 2022 iniciou com a Presidente do Conselho Municipal de Educação de São José dos Pinhais, Ana Lucia Rodrigues cumprimentando todos os presentes. Segue para a primeira pauta, sendo ela sobre as faltas justificadas e injustificadas. Os Conselheiros que justificaram a ausência foram: Carolline Maia, Angela Branco, Tatiane Kuzma, Anderson do Rosário, Queila Martins, Henrique Wiens e Carmen Rocha. O restante dos faltantes não justificaram as ausências. Verifica-se que há quórum, e a Presidente Ana cita sobre a observação recebida em relação à Ata da 4ª Reunião Extraordinária. A Conselheira Mônica havia se manifestado por e-mail sobre uma discordância da Ata e a mesma foi arrumada. A Presidente Ana Lucia questiona se há algo mais a alterar na Ata e sem manifestações, a Ata é dada como aprovada. Posteriormente, a Ata da 8ª Reunião Ordinária é exposta também para aprovação e não obtendo nenhuma observação feita pelo colegiado, a Ata é dada como aprovada. Dando continuidade à reunião, a Presidente Ana segue para as Portarias: Escolhas de Turmas e Serviços. A Presidente Ana Lucia Rodrigues informa ter recebido da SEMED a resposta sobre as Portarias e que o CME fez a solicitação de uma Portaria para a Educação Infantil. A Presidente então, apresenta a resposta em relação a Portaria da Escolha de Serviços na Educação Especial e comenta: “De acordo, nós só precisamos responder que já será publicado pelo CME e a SEMED também já pode fazer a publicação.” A Presidente segue para a próxima apresentação que é a resposta da SEMED sobre a Portaria de Escolha de Anos/Turmas das Escolas de Educação Especial e expõe que também não houve nenhuma objeção e que foi acatado pela SEMED todas as observações e alterações apresentadas. A Presidente confirma com a Conselheira Clície sobre a aprovação e a Conselheira confirma. A Presidente Ana Lucia comenta sobre alterações de trocas de palavras apenas. A Vice-Presidente Miliana acrescenta: “Isso. E também a quantidade de dias que foi alterado para 3 dias, não é?” A Presidente Ana confirma ser isso mesmo e diz que esse ajuste será feito para ser publicado. A Presidente Ana Lucia confirma que fez um diálogo com a SEMED sobre a Portaria do Ensino Fundamental conforme conversado e decidido na Câmara do Ensino Fundamental porque algumas observações não haviam sido acatadas. A SEMED compreendeu as alterações e acatou as modificações. Portanto, neste mesmo dia da reunião as Portarias seriam encaminhadas para publicação. A Presidente Ana Lucia Rodrigues também fala sobre deixar claro no documento que as Unidades devem fechar esse processo este ano ainda. A Conselheira Raquel pede para se manifestar e diz: “Bom dia a todos. Rapidamente, sinalizando que esta avaliação é muito importante porque

embora estejamos na mesma Secretaria, as especificidades dos Departamentos e o Departamento do Ensino Fundamental, algumas questões fizeram uma análise realmente pensando em um número de profissionais que ele tem que atender nas escolas. Então, até a questão que foi divergente do número de processos, mas acho que a avaliação da conta das mudanças para ver se ratifica ou não para o próximo ano.” Passando para o próximo assunto, a Presidente Ana apresenta uma solicitação vinda do SINSEP em relação ao Plano Emergencial. A Câmara de estudos do Ensino Fundamental e Educação Especial analisou a solicitação e ficou para solicitar então um Parecer do Plano Emergencial nas Unidades de Ensino. A SEMED fez este repasse e o CME recebeu o resultado e a Presidente expõe em tela fazendo a leitura do Ofício nº1702/2022 - SEMED. A Presidente também relembra que quando trataram desse Plano Emergencial nas Unidades, foi enfatizado que quem não estivesse de acordo com este Plano Emergencial, havia a possibilidade fazer o seu Plano. A única Unidade que fez o seu próprio Plano Emergencial foi a Lilian Viana. A Conselheira Mônica se manifesta: “O mesmo que eu coloquei na reunião de Câmara, as Diretoras foram convocadas, foi dada essa possibilidade nesse momento dessa reunião porque nas outras não tinha sido dada essa opção de que a Unidade Escolar se organizasse do melhor modo para execução desse Plano. E o nosso grupo decidiu que nós não enviaríamos mais as atividades impressas porque eram essas atividades que estavam maneirando o professor desde o início.” A Presidente Ana explica que isso não entra para votação pois é algo muito mais para o conhecimento. A Conselheira Raquel coloca-se: “Só retomando também de que foi muito importante a avaliação de todas as Unidades e que aparece a discussão que todas as Unidades realizaram, mas só falando um pouco sobre o que a Mônica acabou de dizer, no documento estava escrito que trabalharia a autonomia das Unidades. Portanto, quando falamos sobre a autonomia das Unidades, é que estamos dando liberdade para a Unidade trazer para o seu mantenedor as suas discussões também. Então é importante nós percebermos de qual português estamos falando. Isso é bem importante, gente. Então a autonomia da Unidades poderia sim ter sido manifestada no aspecto de que não concordava, que queria fazer diferente, de quais alterações ela poderia apresentar para atender a sua realidade local. É isso que foi colocado no Plano em todo o tempo, porém, acho que fica colocado que o importante é trazer sempre a discussão e resolver dentro da sua autonomia local porque é possível em cada Unidade. Portanto, das avaliações de fato, apareceram várias questões significativas, mas de alteração ano a ano do Plano foi uma única Unidade que realmente fez alteração e vai apresentar para a Secretaria.” A Conselheira Mônica se posiciona: “Só para deixar claro que desde o início não foi, Raquel. Não foi desde o início que foi colocado isso, tanto que eu conversei com você, você me deu a entender isso, eu cheguei na escola, falei isso para as Diretoras, as Diretoras ligaram para você e você reafirmou que precisava das atividades impressas sim. Inclusive, lá no Plano tem uma parte que diz que as atividades precisavam ser arquivadas na escola e vários pontos ali davam a entender que era obrigado sim. Inclusive, foi dito na reunião e você ressaltou que tinha que fazer as atividades impressas sim. Então, essa autonomia não foi tão explícita assim. Nós precisamos de uma conversa na Câmara, nós precisamos que fosse reavaliado pela SEMED, inclusive por você, e essa autonomia não foi dada desde o início não. Não de forma clara.” A Conselheira Raquel responde comentando sobre a interpretação que se deve ter quando se lê um documento e também do bom diálogo que deve ter. A Conselheira Raquel ressalta a importância de trabalhar como foi conversado. A Conselheira Mônica responde que acha desrespeitoso a Conselheira Raquel citar sobre falta de interpretação de texto sendo que foi falado verbalmente sobre. A Conselheira Mônica acrescenta que houve falta de comunicação da

parte da SEMED. A Presidente Ana Lucia Rodrigues conclui assunto falando que a questão da possibilidade de as Unidades fazerem o seu próprio Plano foi dado a partir de uma conversa entre a Presidente Ana Lucia, a Diretora do Departamento do Ensino Fundamental Cristini Carmezim, Secretário Municipal de Educação Aldrian Matoso e Direção Geral. A Conselheira Raquel conclui seu posicionamento neste assunto dizendo: “Essa autonomia do Plano na íntegra foi colocado agora a partir da avaliação, mas a autonomia da escola, de cada Unidade realizar dentro do seu contexto local que seria mais adequado foi colocado o tempo inteiro. Portanto, realmente foi uma questão de interpretação, só lamento.” A Presidente Ana passa para o próximo assunto apresentando uma correspondência recebida do CMEI Luiz Stocco referente a mudança deles, que por este motivo pararam as aulas por dois dias. O CMEI enviou então para o CME, duas sugestões de reposição. Uma delas seria após o horário com entrega de Parecer e a outra é a inauguração da entrega ou reinauguração da entrega dos espaços e seria em um sábado. O CME reiterou uma questão do horário de início e o restante foram acatados. A próxima correspondência é o Parecer da Divisão de Estrutura e Funcionamento colocando sobre o Projeto Político Pedagógico e Componentes Curriculares da EJA para a aprovação. Isso já havia sido apresentado no Conselho, mas foi encaminhado para a Divisão de Estrutura e Funcionamento porque ainda não havia passado por lá. A Divisão de Estrutura e Funcionamento deu Parecer favorável. Sem nenhuma observação contrária, o Projeto Político Pedagógico e Componentes Curriculares da EJA é aprovado pelo colegiado. Seguindo para a próxima correspondência recebida, é em relação ao Referencial para o CME fazer a avaliação. A Presidente Ana Lucia Rodrigues faz a leitura do Ofício nº1614/2022 sobre a solicitação da prorrogação do prazo para revisão do Referencial Curricular Municipal de São José dos Pinhais. O Ensino Fundamental colocou suas datas até novembro de 2022, o Ensino Fundamental e a Educação Infantil colocaram a finalização em 2023. A Presidente Ana pontua que, após conversa com a SEMED, esta data de 2023 não se estende até o fim do ano e que o possível é no máximo até junho. A Conselheira Clície se manifesta: “Ana, o Referencial Curricular da Educação Especial precisa ser feito desde o início porque na forma como ele foi construído, ele não contempla Referencial Curricular da Educação Especial, por exemplo, nós temos a escola bilíngue onde ela tem o L1 e o L2 como língua, ela tem uma alfabetização diferente do Ensino Fundamental e ela não é especificada no Referencial Curricular. Nós temos a escola Madre Paulina, e nós fizemos uma consulta ao Conselho no ano passado ou no começo desse ano, de uma readequação curricular com os objetos do conhecimento, e ele foi aprovado, então precisa ser readequado. CAEP e CEMITRA em nenhum momento nós temos no Referencial Curricular qualquer menção a forma como é desenvolvida as atividades, nós não temos uma fundamentação teórica ou uma linha de fundamentação do trabalho realizado. Então, por que nós pedimos que fosse estendido até dezembro? Porque nós enviamos o cronograma para você, nós temos toda a readequação e nós teremos que partir do início dessa discussão. E você sabe que não se constrói um Referencial Curricular em 3 ou 4 meses. Por isso que nós pedimos essa solicitação e a contratação do consultor para a reescrita do Referencial até em tramites. Então, nós também não podemos dizer para você quando que nós poderemos começar porque ela também está tramitando. E o Secretário de Educação nos deu a autonomia de escolher o profissional que fosse trabalhar conosco.” A Presidente Ana Lucia faz a observação de que o Secretário deveria ter conversado com o Conselho seguindo a Deliberação. A Presidente pontua sobre a necessidade de ser discutido entre CME e SEMED e que acima de tudo, deve-se basear-se sempre no Referencial Curricular do Paraná. A Presidente Ana Lucia também comenta que se for

necessário, irá prorrogar o prazo sim, mas primeiramente, isso será analisado. A Presidente Ana comenta não acreditar na possibilidade de colocar o ano todo de 2023 para concluir o Referencial. A Conselheira Clície se posiciona: “Ana, nós sabemos que nós temos um Referencial, enquanto Diretora de Departamento e equipe da Educação Especial, nós temos si, a responsabilidade de fazer um currículo integrado, tanto que o consultor que estamos contratando é um Pedagogo. Portanto, com certeza ele terá essa visão de currículo integrado e nós temos também a responsabilidade de seguir as normativas que é a BNCC e o Referencial Curricular que nós temos no Município de São José dos Pinhais. Nós tivemos todo o cuidado de buscarmos pessoas que também falassem sobre complexidade. Então, temos o cuidado de termos um Pedagogo trabalhando conosco e também um profissional estudioso da complexidade que é a base da discussão do nosso Referencial aqui em São José dos Pinhais. Portanto, as suas ressalvas são importantes, porém, nós também temos as responsabilidades enquanto profissionais da Educação. E gostaria de reinterar uma situação em que eu estava na Unidade em 2019 e 2020, e em nenhum momento chegou um documento que eu pudesse participar. Então, documento da Educação Especial eu só tive conhecimento depois de impresso e divulgado. Portanto, se eu tivesse tido a oportunidade de participar ou de me manifestar, com certeza naquele momento eu teria me manifestado. Mas eu não tive essa oportunidade.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues reafirma que é importante reavaliar este processo para decidir se irá estender o prazo até o final do ano ou não. O Conselheiro Luiz abre uma enquete na reunião para a aprovação dos 6 meses ou não. Antes da votação ser feita a Conselheira Domingas de Fátima pede a palavra e se manifesta: “É só para falar que concordo plenamente com a Clície, não houve nenhum momento que nós pudéssemos ter participado desse Curricular enquanto Educação Especial. Realmente ele não contempla nada da Educação Especial, portanto, eu acho que ela está correta na sua fala. Terá que ser revisto um todo mesmo dentro da Educação Especial.” A Presidente Ana responde que sobre o processo não ter sido consultado é outro procedimento. A Conselheira Mônica se questiona: “Fátima, você sugere que seja estendido esse prazo para que vocês consigam fazer com mais qualidade? Até o final do ano seria o adequado para vocês?” A Conselheira Domingas de Fátima responde que um tempo maior seria melhor sim e acredita que 6 meses é pouco. A Vice-Presidente Miliana manifesta-se: “A Educação Infantil está na mesma questão que a Educação Especial. Então, nós estamos com a contratação do Paulo Fochi para orientação até mesmo porque já estamos fazendo formação continuada com ele. A outra elaboração do Referencial, nós pretendemos formar grupos de trabalho de representantes das Unidades. Portanto, nós temos certeza que abrindo para consulta pública depois, vai se levar aí 12 meses. Para fazer um trabalho bom e de qualidade que envolvam esses servidores nesse processo porque esse currículo é de todos, não é só da SEMED. Precisa que eles participem também. E nós estamos na mesma questão da Educação Especial, nós começamos em fevereiro e provavelmente vamos terminar em dezembro mesmo.” A Conselheira Clície coloca-se também: “Eu até gostaria, Ana, que se possível, você ler o cronograma que foi mandado para as pessoas poderem entender o porquê nós estendemos até dezembro.” A Conselheira Raquel comenta: “Rapidamente, não querendo fazer nenhum julgamento de valores de quem participou ou deixou de participar, mas só retomando a fala em relação a outros assuntos também, a importância da discussão da Democracia da ampla divulgação porque eu acho que isso é uma coisa importante que nós devemos caminhar na rede, pois, isso em alguns momentos acaba comprometendo trabalhos bem importantes e me parece que é o caso do Referencial que acabou virando prejudicado. Nós sabemos olhando pelo Referencial esta constatação que a Clície fala em especial da

Educação Especial que realmente fica a desejar em relação a compreensão desta área que, claro, nós sabemos que é bem complexa. Então, independente, eu acho que isso acaba sendo uma avaliação para todos nós enquanto Servidores Públicos que independente do local que nós estamos realizando o nosso trabalho, temos que ter essa responsabilidade individual e coletiva do resultado do nosso trabalho. Me parece que isso no Referencial fica um pouco evidente, ou pelo tempo ou pela condição, não sou eu a julgar, mas não estava naquele momento, porém, é bem importante a gente tomar como aprendizado essas situações e ir aprimorando o nosso trabalho com a Educação porque o tempo é muito rápido. Entendo o que a Ana está colocando, nós precisamos dar conta dos prazos. É difícil equilibrar todos esses interesses, mas temos que pensar nisso também.” A Presidente Ana Lucia explica melhor a situação com suas palavras: “A Proposta de avaliação de todo esse processo, o que nós precisamos e não tem como, são os 6 meses.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues segue detalhando os motivos, reafirma que não é possível estender o prazo até dezembro e comenta que, inclusive, este Referencial já deveria ter sido entregue. A Conselheira Clície comenta: “Ana, no começo de 2021 nós fizemos uma reunião com o professor Adalberto, inclusive a Cris do Fundamental esteve nessa reunião, estava eu, a Sara e os Departamentos, nós conversamos bastante com o professor Adalberto e ele trouxe como é que foi feito encaminhamento no Departamento da Educação Especial. Não vou comentar aqui a fala dele, mas depois da conversa, nós decidimos que nós precisaríamos dar outros encaminhamentos. E mais uma vez eu reforço, Ana, eu estava na Unidade em 2019 e 2020, e eu não fui consultada em nenhum momento. Se a falha foi da coordenação de onde eu estava, mas eu gostaria de deixar frisado que eu, em nenhum momento, tive acesso a algum documento Referencial Curricular.” A Presidente Ana solicita a colocação de que o CME precisa fazer essa avaliação e que esse processo seja feito em no máximo 6 meses para que haja tempo hábil para fazer os decorrentes encaminhamentos. A Conselheira Clície responde: “Ana, a avaliação nós podemos encaminhar para o Conselho a qualquer momento porque essa avaliação nós já fizemos.” A Presidente Ana explica que até mesmo o Departamento do Ensino Fundamental solicitou que fosse até junho para poder ter todo esse processo de avaliação. A presidente Ana Lucia também comenta que a avaliação pode ser detalhada e incluir também a questão de que não foram consultados antes. Como o prazo estava até o final do ano de 2022, é necessário deliberar para estender o prazo da avaliação até junho. A Conselheira Raquel coloca-se mais uma vez: “Eu só gostaria de deixar registrado que essa questão da preocupação da Clície com o prazo é importante porque realmente tem assuntos muito importantes. No caso do Ensino Fundamental, essa solicitação se deve especialmente porque está acontecendo a discussão da avaliação, do Sistema de Avaliação no Município. Então, fica até registrado aí para os colegas Conselheiros, se tiverem qualquer contribuição que acha importante em relação a esse tema, pode consultar ao Departamento para esta contribuição também. A Conselheira Mônica questiona: “Ana, só me explica, por gentileza, eu não estou conseguindo entender. Enquanto Conselho, nós temos a autonomia de deliberar mais do que 6 meses para o pessoal? Ou nós só estamos aqui para acatar os 6 meses? Você diz que é obrigatório que seja entregue em 6 meses, não precisa votar, pois é obrigatório. Para mim, o pessoal necessita de mais tempo, eu acho que quanto mais tempo para poder inserir esse pessoal nessa discussão, para que haja uma coisa efetiva e uma coisa bem feita. as justificativas delas são todas plausíveis. A Presidente Ana Lucia Rodrigues responde: “O Conselho precisava da avaliação deste processo do currículo no final do ano, já nem era agora, já deveria ter sido feito. Então nós prorrogamos lá no início do ano até o final deste ano. O que é a avaliação? É como foi esse Referencial nesses dois

anos que foram implementados. Se precisar iniciar um novo processo ou se precisar reconstruir, eu preciso disso na avaliação. A primeira pessoa que veio conversar sobre isso foi a Cristiani do Fundamental, contou que iniciou um processo e que trouxe o professor Adalberto.” A Presidente dá sequência com uma explicação detalhada para esclarecer os questionamentos e também cita vários itens que podem aparecer na avaliação. A Conselheira Mônica acrescenta: “O que me preocupa na fala da Clície e da Fátima é que não houve consulta. Elas não foram consultadas, não fizeram parte deste processo. E eu gostaria de saber delas porque, o que vai ser colocado em votação? Quais são as propostas?” A Presidente Ana responde que a votação é a questão da avaliação no período de 6 meses. A Conselheira Mônica questiona sobre aumentar o prazo em 8 ou 9 meses e a Presidente Ana Lucia informa que esta não será a primeira prorrogação de prazo e explica que já houve uma extensão de prazo de 1 ano e, por este motivo, o ideal seria estender por apenas mais 6 meses. A Conselheira Clície se manifesta: “Ana, quando eu falei que poderia entregar agora, eu não estava dizendo que vou entregar agora. Estou dizendo que a avaliação nós temos do Currículo para entregar do Conselho que você frisou que deve ser entregue no final do ano. Nós sempre trabalhamos em conjunto aqui dentro da Secretaria, então, se os demais Departamentos vão entregar em junho, o Departamento da Educação Especial segue a mesma normativa. E Mônica, sobre a sua pergunta se irá ser construído em conjunto, encaminhei um cronograma para a Ana, mas eu vou detalhar mais ou menos o cronograma para você. A nossa ideia é fazermos grupos de estudo dentro das Unidades e desses grupos de estudo, tem um representante para vir até o Departamento nas nossas formações para um grupo de estudo de representante dos nossos serviços dentro do Departamento. É essa a organização, então vai para o macro, vem para o micro, a gente discute, escreve, devolve, volta para a Unidade e é por isso que nós pedimos o ano todo. Será uma construção de idas e vindas.” A Conselheira Mônica pergunta até aonde vai o cronograma para o Departamento Educação Especial dar conta e a Conselheira Clície responde que vai até dezembro por causa do Seminário de apresentação. A Vice-Presidente Miliana se manifesta: “Faço das minhas palavras as da Clície. Só falando um pouquinho e explicando para a Mônica também o nosso cronograma, o Paulo Fochi devolveu para nós um cronograma realmente pensando nessa reelaboração do Referencial, que ele vai até dezembro para a finalização desse processo. De julho a novembro ele seria voltado à consulta pública com os profissionais das Unidades. Além de nós formarmos também os grupos igual a Clície falou para a reelaboração onde vai entrar Educadores, Professores, Pedagogos, Gestores das Unidades, que todos se sintam participantes desse documento.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues concorda e diz que realmente é importante. O Conselheiro Rodrigo solicita no chat: “Acho interessante todos os Departamentos da SEMED terem representantes.” A Presidente Ana Lucia concorda. A Conselheira Elaine questiona se esses 6 meses começam a contar a partir do próximo ano letivo. A Presidente Ana responde sim e que irá até junho. A Conselheira Clície informa que, relacionado ao comentário no chat do Conselheiro Rodrigo, como o Departamento trabalha com Inclusão, ele perpassa por todos os Departamentos. A Conselheira Marilza coloca no chat: “Penso que é importante em todas as reelaborações ter representantes de todas as etapas que o Município oferta.” A Presidente Ana concorda e segue para a votação. O Conselheiro Luiz faz a enquete para votação e os 6 meses vence por unanimidade. O Conselheiro Fábio se manifesta: “Só vamos tomar cuidado com os prazos porque senão primeiro vai ficar 6 meses, depois 1 anos, depois 2 anos e ninguém fazer nada. Nós já estamos prorrogando mais uma vez e ficamos empurrando e ninguém resolve. Então, eu concordo com a Ana que 6 meses é o prazo, acima disso tem que fazer uma outra votação e avaliar se é

possível fazer mais 6 meses.” A Presidente Ana compreende a visão do Conselheiro Fábio e concorda com o mesmo. O Conselheiro Luiz coloca que quem quiser entregar antes do prazo estabelecido, pode entregar à vontade. A Presidente Ana Lucia corrige-o explicando ser um trabalho em conjunto, portanto, deve ser entregues todos juntos no mesmo prazo. Em seguida, a Presidente Ana Lucia Rodrigues informa os Conselheiros que precisaram se retirar da reunião por motivo de terem outros compromissos: Clicie Maria Cancelier Negoseki, Domingas de Fátima Cardoso Amaral e José Roberto Eduardo. Depois, a Presidente Ana apresenta a Renovação de Autorização de Funcionamento das Escolas Particulares CEI Estrelinha de Jesus e Escola Pedacinho do Céu, o Credenciamento da Unidade a oferta de Educação Infantil da Escola Pedacinho do Céu e a Implantação da EJA na Escola Especial Madre Paulina. A Presidente Ana Lucia informa que foi feita a análise e não houve nenhuma divergência. Sem manifestações contrárias, as questões escritas acima são aprovadas por unanimidade. O próximo assunto a ser tratado são os roteiros da sala da EJA e da Sala de Recurso Multifuncional. A Presidente Ana comenta que ambos foram analisados nas Câmaras de Estudo, uma na Câmara de Ensino Fundamental e Educação Especial e outra na Câmara de Planejamento e Normas. Ambas foram aprovadas com somente a observação para colocar a quantidade de turmas na EJA. A Conselheira Marinês responde: “Então, Ana, tem uma Portaria que saiu o ano passado que define que o número mínimo são 10 alunos.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues solicita que exista o cuidado com os alunos Especiais. A Conselheira Marinês acrescenta: “Sim, mas normalmente esses alunos Especiais não tem laudo. A Presidente Ana Lucia questiona se alguém é contrário ao número mínimo de 10 alunos para a abertura da sala da EJA e sem manifestações contrárias, o número mínimo de 10 alunos é aprovado. A Presidente Ana passa para a aprovação dos PPPs do CEI Arcanjo, Escola Municipal Rosi Marchesini, Pedro Moro, Aníbal Ribeiro Leal, Pedro Constantino, Luiz Singer, o Leopoldo Schernner, Leci Caldeira e o São Francisco de Assis. A Presidente Ana Lucia questiona se alguém é contrário à homologação destes PPPs e sem manifestações contrárias a homologação é aprovada. Depois, a Presidente Ana apresenta uma correspondência recebida pelo CME sobre a 4ª Referência Municipal do Trabalho. Em seguida, a Presidente Ana expõe duas correspondências recebidas pelo CME sobre o Regimento, uma da Educação Infantil que foi um abaixo assinado solicitando a prorrogação dos prazos para até o dia 31 de março de 2023 e outra foi da SEMED solicitando que o Conselho aprove essa prorrogação do prazo. A Presidente Ana coloca esta prorrogação para votação e informa que, se aprovada, esta prorrogação será para toda a rede de ensino incluindo particulares. A votação é feita e a prorrogação é aprovada por unanimidade. A Presidente Ana Lucia segue informando que a reunião marcada no dia 01/12/2022 será adiada por causa da CONAE. A data ainda a ser definida. A Presidente Ana cita sobre o XXXI Encontro Nacional dos Conselhos Municipais da Educação e as Conselheiras que estavam presentes fazem suas colocações sobre. A Vice-Presidente Miliana comenta: “O lugar era maravilhoso, as palestras muito boas, foi um encontro de muito conhecimento para nós. Muitos deveriam ser contemplados, mas para falar assim, eu acho que os momentos mais importantes que teve no evento foi a fala da Ana sobre o FUNDEB e sobre o VAAR, que é o nosso fundo de manutenção da nossa Educação, o qual nós precisamos ter muita atenção sobre ele, e o momento em que o professor Paulo Jorge falou sobre a questão do Controle Social, sobre o envolvimento da Sociedade Civil, sobre a participação de todos os entes nesse processo, também foi uma palestra muito boa. O Genuíno e o Vital têm a fala da gente sobre a infância, sobre essa defesa da criança, então já é uma fala que se faz presente no nosso dia a dia. E essa questão de levar o Município, dessa representatividade do nosso Conselho foi muito

gratificante mesmo poder estar vivendo esta experiência.” A Conselheira Marilza também se coloca: “Eu também gostei bastante, haviam muitas pessoas que defendem a Educação principalmente a Educação pública de qualidade, a questão do dinheiro público, toda a escola pública, construção do Sistema Nacional de Educação que também é uma coisa que nós estamos ralando por isso, e o quanto isso vai impactar pedindo uma reorganização do Município em muitas frentes. Com isso, eu fiquei até um pouco assustada porque nós pensamos no Sistema Nacional de Educação, mas quando você vai vendo em coisas menores, nós vemos o compromisso que nós enquanto Conselheiros Municipais de Educação, iremos nessa reestruturação. A questão da profissão docente também foi discutida essa precariedade, esse desinteresse de pessoas em professores em questão remuneração, e voltando um pouquinho na questão do FUNDEB, tem a questão da seriedade da reorganização do Conselho Municipal do FUNDEB para o ano que vem, com as novas normativas. A questão também dos percentuais de repasse lá que era 60% 4%, vai ser 70% 30%. Houve muita discussão nesse sentido do item da Manutenção do Desenvolvimento da Educação (MDE), então é o quanto isso vai impactar em uma reorganização do Município. E a defesa da Educação Infantil como a Miliana falou, que creche e escola da Educação Infantil é processo da escolarização sim. Não é porque existe um projeto nacional do Congresso, não sei se está no Congresso ou na Câmara, para desvincular o 0 à 3 da Educação Infantil e devolver ele para a Assistência. Então, essa discussão é a manutenção dessa etapa na creche e na Educação. E as ampliações dos investimentos que a Ana falou e foi muito interessante ouvir a Ana Lucia de outro lugar.” A Presidente Ana Lucia concorda sobre a importância da representatividade de São José dos Pinhais no evento. A Presidente Ana comenta que questionou ao FNDE sobre a questão que foi colocada lá de quem é da Secretaria de Educação e se for entrar dentro do Conselho do FUNDEB, não pode ser Gestor de Contrato dos Fundos porque é ilegal. A Presidente Ana Lucia Rodrigues comunica-os que no dia 05/12 tem o XI Encontro Estadual da UNCME Paraná e que todos os membros do Conselho Municipal de Educação estão convidados para participar. A Presidente Ana também faz a colocação para o pessoal da Sociedade Civil: “Por exemplo, em Curitiba, o pessoal do Sindicato que não foi sorteado, o Sindicato bancou.” A Conselheira Mônica responde que teve o pensamento de solicitar o pagamento do Sindicato para isso, mas seria um transtorno para mim porque tenho criança pequena, enfim.” A Presidente Ana compreende e comenta que mesmo assim achou interessante a ação. A Presidente Ana Lucia segue a reunião para o assunto dos jogos da Copa e informa que a SEMED se manifestou sendo os 3 primeiros jogos com atendimento normal nas escolas. Em relação às Escolas Particulares, quem quiser e tiver dias no calendário sobrando, pode dispensar, mas se dispensar e tiver que repor, não pode ser com atividades pedagógicas e sim com aulas presenciais. Mas se o Brasil for para a final, os horários e dispensas serão reanalisados. A Conselheira Leila coloca no chat que na escola particular dela no dia do jogo só terão 6 alunos. A Presidente Ana responde que tudo bem, pois a escola está aberta para o atendimento e os pais tem a opção de deixar na escola ou não. O Conselheiro Rodrigo faz um questionamento: “Ana, eu queria te perguntar já que você é Presidente do nosso Conselho e também tem conhecimento com o Conselho Estadual, como que o Estado pode fazer a questão da dispensa e da reposição com atividades e cumpriram os 200 dias letivos?” A Presidente Ana Lucia Rodrigues responde quer analisar isso olhando a Deliberação do Conselho Estadual, que talvez esteja nos casos omissos ou esteja em aberto. A Conselheira Raquel comenta: “Eu trabalho no Estado e eu tenho uma hipótese não claramente dita, mas o que acontece na minha escola? Não foi liberado todos os turnos, a noite vai trabalhar, então se você pensar em dia letivo, estaria

garantido o dia letivo. É uma hipótese, não sei se é isso.” A Presidente Ana responde não estar correto o argumento dito e justifica. A Conselheira Stela se posiciona: “Eu tomei conhecimento e também recebi um banner de uma escola particular de Curitiba, que nesta primeira fase da Copa teria aula normal de manhã e a tarde seria remoto até 15h40. Isso não pode, não é?” A Presidente Ana Lucia explica que há escolas que estão com dias a mais, mas o modelo remoto não é permitido. A Presidente Ana deixa bem claro que o CME irá cobrar a questão dos dias letivos. A Presidente relembra aos Conselheiros sobre os alunos da Educação Infantil que estudam em período integral e dos pais que não foram dispensados para os jogos da Copa. A Conselheira Marilza expõe: “Aqui no CMEI, os pais que pediram se poderiam buscar as crianças mais cedo e nós acabamos liberando.” A Presidente Ana Lucia comenta que tudo bem e que isso cabe a autonomia da família. A Conselheira Leila se manifesta: “Aqui surgiu uma situação ontem com as vans escolares. Elas passaram para alguns pais que buscariam às 15h. Depois nós até tivemos um questionamento da família sobre se a escola não iria trabalhar, tanto que a mãe não mandou hoje porque não teria van para buscar. A criança acabou ficando em casa hoje. Mas assim, ali 8 na minha turma do berçário, por exemplo, tem 3 crianças hoje. Já não veio o dia todo, está metade da escola aqui e a tarde vão ficar apenas 6 na hora do jogo.” A Presidente Ana Lucia Rodrigues explica que o caso da van é pessoal da família porque eles fizeram um contrato e a van não está cumprindo o contrato. A Presidente Ana pede para que os Conselheiros pensem e analisem essa situação e talvez até dêem sugestões de como prosseguir caso o Brasil vá para a final. Porém, a Presidente Ana Lucia deixa claro que isso não é uma decisão do CME. A Presidente Ana Lucia Rodrigues agradece a presença de todos, todos despedem-se e a 5ª Reunião Extraordinária do Pleno de 2022 chega ao final.